

Recebimento: 18/11/2021

Aceite: 20/12/2021

ABORDAGEM TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO E SUA DIMENSÃO HUMANA E INTELLECTUAL: UMA PROPOSIÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA À LUZ DE AMARTYA SEN E JOHN THOMPSON

TERRITORIAL APPROACH TO DEVELOPMENT AND ITS HUMAN AND INTELLECTUAL DIMENSION: A THEORETICAL-METHODOLOGICAL PROPOSITION IN THE LIGHT OF AMARTYA SEN AND JOHN THOMPSON

Airton Adelar Mueller¹

Cláudio Machado Maia²

Márcio Gazolla³

Sidinei Pithan da Silva⁴

Anderson Vinícios Branco Lutzer⁵

Julio José Plaza Tabasco⁶

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo apresentar uma proposição teórico-metodológica que embase estudos sobre a Dimensão Humana e Intelectual (DHI) de territórios, vista como patrimônio territorial, no âmbito da Abordagem Territorial do Desenvolvimento (ATD). As âncoras principais são a Abordagem das Capacidades, de Amartya K. Sen e a Hermenêutica de Profundidade, de John B. Thompson. De Sen mobiliza-se os conceitos de Liberdades Instrumentais e de Agência, já de Thompson usa-se sua proposição de fases empíricas e a combinação/triangulação de diferentes métodos e técnicas em cada fase. Aqui se propõem que as fases sejam trabalhadas de maneira progressiva, partindo da fase exploratória, passando pelas fases descritiva e analítico-comparativa, para culminar na fase analítico-sistematizadora. Assim sendo, se nomeia a abordagem aqui desenvolvida de Triangulação Progressiva. Buscou-se construir uma rede com malhas de vários tamanhos, que capte aspectos estruturais e aspectos que sejam importantes somente em um território específico. Entende-se que a proposta aqui desenvolvida possui originalidade e potencial

¹ Doutor em Sociologia (Freie Universität Berlin). Professor pesquisador no PPG em Desenvolvimento Regional na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí – RS, Brasil. E-mail: airton.mueller@unijui.edu.br

² Doutor em Desenvolvimento Rural (UFRGS). Professor Permanente dos Programas de Pós-Graduação em Administração e em Desenvolvimento Regional na Universidade do Contestado, Canoinhas – SC, Brasil. E-mail: claudiomaia.dr@hotmail.com

³ Doutor em Desenvolvimento Rural (UFRGS). Professor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco – PR, Brasil. E-mail: marciofazolla1@gmail.com

⁴ Doutor em Educação (UFP). Professor do PPG em Educação nas Ciências da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí – RS, Brasil. E-mail: sidinei.pithan@unijui.edu.br

⁵ Mestre em Direitos Humanos (UNIJUÍ). Doutorando em Desenvolvimento Regional na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí – RS, Brasil. E-mail: anderson.lutzer@sou.unijui.edu.br

⁶ Doutor, professor do Departamento de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Castilla de La Mancha, Espanha. E-mail: Julio.Plaza@uclm.es

de ser aplicada a outras dimensões da ATD, bem como a distintos estudos nas ciências sociais e humanas.

Palavras-chave: Triangulação Progressiva, Dimensão Humana e Intelectual. Patrimônio Territorial, Abordagem Territorial do Desenvolvimento. Abordagem das Capacidades.

Abstract

This paper presents a theoretical-methodological proposition to support studies on the Human and Intellectual Dimension (HID) of territories, which, within the scope of the Territorial Approach to Development (TAD), is conceived as a type of territorial heritage. The main anchors to this purpose are Amartya K. Sen's Capability Approach and John B. Thompson's Depth Hermeneutics. From Sen, the concepts of Instrumental Freedoms and Agency are the main theoretical supports. Thompson's proposition of empirical phases and combination/triangulation of different methods and techniques in each phase, provide the other necessary support to this proposition. In this article, the proposition is to work with phases in a progressive way, starting from the exploratory phase, passing through the descriptive and analytical-comparative phases, to culminate in the analytical-systematizing phase. Therefore, the approach developed here is called Progressive Triangulation. In general, this proposition sought to build a network with meshes of various sizes, which aims to capture structural aspects, as well as aspects that are important only in a specific territory. The proposal developed here has originality and potential to be applied to other dimensions of ATD, as well as to different studies in the social and human sciences.

Keywords: Progressive Triangulation, Human and Intellectual Dimension. Territorial Heritage, Territorial Approach to Development. Capabilities Approach.

Introdução

O presente texto apresenta uma proposição teórico-metodológica visando embasar estudos sobre a Dimensão Humana e Intelectual (DHI) de territórios. Tal intento é parte de uma empreitada maior e coletiva, que se propôs a construir uma abordagem interdisciplinar original sobre desenvolvimento territorial⁷. Trata-se da Abordagem Territorial do Desenvolvimento (ATD), que tem como cerne a noção de patrimônio territorial. Esse patrimônio refere-se a um conjunto de ativos e recursos, materiais e imateriais, que se acumularam ao longo da história num determinado território, resultante de processos históricos de construção e reconstrução socioeconômica e cultural na relação com o entorno ambiental, representados nas suas diferentes dimensões (produtiva, cultural, institucional, natural, social e humano-intelectual) (DALLABRIDA, 2020).

Assim sendo, a DHI é apenas uma das seis dimensões daquela abordagem (DALLABRIDA; ROTTA; BÜTTENDENDER, 2021; DALLABRIDA et al, 2021). Em uma primeira aproximação conceitual, pode-se dizer que a DHI trata, invariavelmente, de pessoas. Trata, por conseguinte, de grupos e subgrupos por elas formados, de seus saberes, de suas características sociodemográficas e dos arranjos sociais que impactam sua formação intelectual, bem como a produção e difusão de novos conhecimentos e inovações. Uma conceituação mais precisa requer, todavia, que ela se dê de maneira contextualizada com seu objeto de interesse. Isto nos remete ao conhecimento prévio dos conceitos de Território, de Conhecimento e de Desenvolvimento. Destes conceitos, assume papel central nesta proposta a noção de desenvolvimento, segundo a Abordagem das Capacidades, de Amartya Kumar Sen, desenvolvida ao longo de uma extensa lista de publicações (SEN, 1985, 1987,

⁷ Tais discussões estão sendo desenvolvidas por meio de dois projetos de pesquisa sediados e registrados formalmente em instituições brasileiras. 1) O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões (CNPQ-PQ). 2) O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões: pressupostos epistêmico-teóricos e proposta de instrumental metodológico (PPGDTs-UFPR).

1989, 1992, 2000, 2010). É com base em tal arcabouço que se buscará propor uma abordagem que dê conta de capturar e entender as peculiaridades e o papel da DHI no desenvolvimento territorial.

Em termos operacionais, a presente proposição inspira-se na estratégia metodológica sugerida por Thompson (2011). O autor é proponente do método intitulado Hermenêutica de Profundidade (HP), método este que é dividido em uma fase preliminar (interpretação da doxa) e três fases propriamente ditas: análise sócio-histórica, análise formal ou discursiva e interpretação/reinterpretação. Não se trata aqui de adaptar tal metodologia ao contexto territorial, apenas vale-se dela para fins de estruturação de fases que, em combinação com diferentes técnicas, consistem em partir de uma visão panorâmica, para finalizar com a fase sistematizadora, passando por etapas intermediárias, conforme se verá no decorrer deste artigo⁸.

O texto, no próximo item, apresenta e discute as concepções de território e de conhecimento aqui empregadas e estabelece os elementos constitutivos básicos da DHI. No item seguinte, discute-se o referencial teórico da Abordagem das Capacidades, com a finalidade de embasar a operacionalização e a sistematização dos mencionados elementos constitutivos. O quarto item apresenta as fases de operacionalização propriamente ditas. Em concordância com a proposta de Thomson (2011) aqui se propõem as seguintes fases: a) Fase Exploratória, b) Fase Descritiva, c) Fase Analítico-comparativa e d) Fase Analítico-sistematizadora.

Espera-se apresentar uma proposição que muito provavelmente tem méritos em termos de originalidade e, quiçá, também os tenha em termos de robustez e simplicidade necessárias para embasar diagnósticos e prognósticos de gargalos e potencialidades inerentes aos processos de desenvolvimento territorial, particularmente aqueles atinentes ao que aqui se entende por aspectos humanos e intelectuais. Vale dizer que o núcleo da preocupação recai sobre as pessoas em si, sobre o bem-estar das populações dos territórios enquanto finalidade última de qualquer processo de desenvolvimento. O que coloca nossas pretensões em sintonia com a defesa de uma ética do desenvolvimento, conforme discutido por Sen e Kliksberg (2010), em texto que já no título traz a seguinte ideia: “As pessoas em primeiro lugar”.

A dimensão humana e intelectual: fundamentos e componentes básicos

Tudo que diga respeito à dimensão HI no âmbito do desenvolvimento territorial, implica, conforme dito, ter em mente, primeiramente, a própria noção de território, a de conhecimento e a de desenvolvimento.

No presente trabalho se entende que território é um conceito que mobiliza a geografia humana, a antropologia, a arqueologia, a sociologia e a economia, entre outras áreas do conhecimento. Isto implica,

[...] por um lado, que a formação de um território resulta do encontro e da mobilização dos atores sociais que integram um dado espaço geográfico e que procuram identificar e resolver problemas comuns. Por outro lado, demonstram que um “território dado”, cuja delimitação é político-administrativa, pode abrigar vários “territórios construídos”. E sua construção pressupõe existência de uma relação de proximidade dos atores (MAIA, 2014, p.128; PECQUEUR, 1996 apud VIEIRA e CAZELLA, 2006, p.6).

Conforme Linck (2006, p.110-111), a construção desta interpretação movimentada algumas referências. Afirmar que território não deve ser confundido com a noção de espaço ou de área, decorre de uma evidência. O território é um espaço com personalidade própria que nenhuma lei geométrica permite entender. Também é uma evidência afirmar que o território é uma construção social: o território tem história, uma identidade e é precisamente isso que o enfoque territorial permite entender.

O território é um espaço apropriado: reconhecer as formas dessa apropriação, entender as modalidades de sua legitimação e identificar os seus beneficiários lança algumas dificuldades. O território é fundamentalmente definido e delimitado por e a partir de relações de poder (SOUZA, 1995). A questão que se coloca é quem domina ou influencia e/ou como domina ou influencia determinado espaço. Lógico, mas nem por isso evidente, que tanto a apropriação como a construção

⁸ Explicações detalhadas sobre o uso propriamente dito da HP podem ser encontradas no artigo que versa sobre a Dimensão Social, neste dossiê.

do território são coletivas: produzir um território não é obra de apenas um indivíduo isolado e sim de um grupo ou vários grupos, constituídos pelos habitantes de um certo espaço.

Ajuda tal entendimento a ideia de que o território focaliza simultaneamente relações de competição e de cooperação, que é objeto de conflitos que são revolvidos e superados na construção da solidariedade e/ou da hierarquia. É neste ponto que o território pode tomar seu sentido de patrimônio coletivo que se mobiliza em um processo de produção da sociedade. É precisamente em torno do manejo e das modalidades de apropriação deste patrimônio que têm sentido as interações e as contradições entre territórios e globalização (SILVEIRA, 2010; REHNER, 2012).

O território, ao mesmo tempo em que é objeto de conflitos e de rivalidades entre usuários, conforma a substância de um projeto coletivo. Falar de território em relação à globalização, implica ultrapassar a dissociação entre economia e política, enfatizando o fato de que a construção e a avaliação dos territórios estão na interseção de ambos os campos (LINCK, 2006, p.111).

Neste sentido, o estudo da DHI implica, em primeira instância, que se identifique e analise os grupos e subgrupos humanos que lhe dão existência. É com base nisso que se poderá adentrar no estudo de peculiaridades sobre usos e apropriações dos territórios, sobre relações de poder, sobre quem está se beneficiando do desenvolvimento territorial e sobre quem dele está sendo preterido. Da mesma forma, é com tal olhar que se poderá identificar peculiaridades que possam ser entendidas ou mobilizadas para fins de qualificar tal desenvolvimento.

Para que o desenvolvimento ocorra, ao lado dos conhecimentos entendidos como tácitos e tradicionais, os conhecimentos intelectuais e provenientes da ciência, em várias áreas do saber, sempre foram considerados imprescindíveis. O que tem sido assim desde as primeiras reflexões de autores clássicos, como Karl Marx. Para ele, os conhecimentos intelectuais materializavam-se no que o autor denominava de progresso técnico e possuíam o papel de agir como uma ferramenta capitalista na extração da mais-valia, principalmente a extraordinária. Isto se daria devido ao emprego da tecnologia nos processos produtivos, especialmente nos derivados da Revolução Industrial em curso. A ciência e seus conhecimentos intelectuais possuíam o papel de gerar aumentos de produtividade do trabalho pelas contínuas melhorias tecnológicas em máquinas, equipamentos e instrumentos de trabalho (CIPOLLA, 2006).

Outro autor clássico importante é Schumpeter (1985), ao abordar a aplicação dos conhecimentos intelectuais na geração de melhorias, que o autor chamou de inovações. As inovações seriam definidas pela realização de combinações novas, assim, o desenvolvimento econômico consistiria em empregar recursos diferentes de uma maneira diferente e fazer coisas novas com eles. Segundo Schumpeter, as inovações poderiam ser de cinco tipos: introdução de um novo bem; introdução de um novo método de produção; abertura de um novo mercado; conquista de uma nova fonte de matérias primas ou de bens manufaturados; estabelecimento de uma nova organização industrial. Para o autor, as inovações eram consideradas o motor do desenvolvimento econômico de uma nação (território).

Nas várias teorias clássicas os conhecimentos intelectuais sempre foram caracterizados como fundamentais aos processos de desenvolvimento das sociedades, sendo, inclusive, em algumas, definidos como superiores aos demais tipos de conhecimentos. Atualmente, porém, os conhecimentos intelectuais e científicos são entendidos como multidisciplinares e provenientes de várias áreas que podem atuar como patrimônio dos territórios em seus processos de desenvolvimento (DALLABRIDA; ROTTA; BUTTENBENDER, 2021). Além disso, estudos têm ressaltado as complementaridades entre diferentes tipos de conhecimentos nos territórios (e não mais apenas suas diferenças ou concorrências) e, até sua disposição na formação de sociedades em redes (CASTELLS, 1999).

O fato é que não há consenso na literatura sobre como classificar os diversos tipos de conhecimentos. Por exemplo, Brunori et al (2009) falam de conhecimentos dos tipos tácito, codificado, sintético e analítico. Outra classificação importante reside em separar os conhecimentos territoriais como sendo patrimônio material e imaterial (GEELS, 2004; BRASIL, 2016). Também é possível que se fale em conhecimentos populares e tradicionais, tal qual ressaltado por autores como Paulo Freire (FREIRE 1967, 2005) e Boaventura de Souza Santos. Santos (2004, 2007, 2019), por exemplo, defende a necessidade de uma *ecologia dos saberes* e de uma abertura dos cânones do norte global aos saberes invisibilizados, porém vivos e igualmente importantes, do sul global.

Outra contribuição relevante para nossos propósitos vem do sociólogo Pierre Bourdieu (BOURDIEU, 1982, 1983, 2011), particularmente de sua noção da capital cultural. Segundo o autor, esse capital se manifesta em três diferentes formas: incorporada, objetiva e institucionalizada. Na

forma incorporada se verificaria por meio das competências de um indivíduo no sentido cognitivo e seu gosto no sentido estético. Assim, tal forma está presa ao corpo biológico da pessoa e sua aquisição/acumulação requer a ação do próprio indivíduo, como por exemplo, investindo seu tempo frequentando aulas e cursos. Na forma objetiva ele se manifesta em bens culturais, como livros, obras de arte, instrumentos, etc. Sua posse seria transmissível de uma pessoa para outra, geralmente com o uso de capital econômico. Entretanto, somente sua posse jurídica seria transmissível, a capacidade de apreciação de uma obra de arte ou o uso de um instrumento, por exemplo, seriam dependentes da posse de capital cultural incorporado. Na forma institucionalizada ele se manifestaria na objetivação, em forma de títulos e certificados, do capital cultural incorporado.

Todas estas classificações e formas de conhecimentos possuem relevância para a temática do desenvolvimento territorial e são, portanto, constitutivas da dimensão que aqui se busca escrutinar. Para fins desta proposta se adota a distinção entre *saberes formais* e *saberes informais*.

Os saberes formais dizem respeito àqueles atrelados a instituições de ensino e pesquisa formalmente reconhecidas pelos aparatos legais. Trata-se, por exemplo, de escolas, universidades, centros de pesquisa e congêneres. Da mesma forma, incluem títulos, diplomas e certificados de conclusão por elas emitidos. Também incorporam a produção e o registro de patentes, bem como a produção científica, veiculada nos fóruns e formatos adequados, como, por exemplo, artigos científicos.

Os saberes informais, por sua vez, aqui são entendidos como todos os demais saberes não produzidos e legitimados pelas instituições acima mencionadas. São exemplos destes saberes: conhecimentos de línguas estrangeiras; conhecimentos de línguas autóctones próprias de determinados grupos sociais radicados nos territórios; práticas ancestrais perpetuadas pela oralidade que denotam saberes específicos, como, por exemplo, conhecimento de ervas medicinais e conhecimentos inerentes a práticas culturais, como preparo de pratos típicos, confecção de indumentárias regionais, etc.

Parte-se da pressuposição de que não existem saberes superiores uns aos outros. Assim, a busca pela identificação das diversas formas de saberes e conhecimentos existentes em um território se coloca como missão do pesquisador que trabalha com a ATD. Obviamente que as condições concretas das atividades empíricas é que delimitarão o que de fato será possível atingir em cada situação.

Do ponto de vista do desenvolvimento no âmbito dos territórios, de um lado se pode vislumbrar as pessoas enquanto beneficiárias finais de toda atividade econômica, política e científica. Pode-se considerar desenvolvida uma sociedade que constrói arranjos capazes de proporcionar à sua população os conhecimentos produzidos pela humanidade e que seja capaz de proporcionar que as potencialidades humanas possam ser perseguidas com possibilidades reais de êxito. Ser instruído, ter saúde, ter segurança, buscar o auto aperfeiçoamento, enfim, são objetivos que se justificam por si só. São fins em si.

De outro lado, se pode imaginar um processo de retroalimentação, segundo o qual a existência, no presente, de uma população instruída, saudável e em busca de auto aperfeiçoamento, produza impactos positivos nos arranjos sociais que estruturam os territórios e lhes proporcionam coesão. É nesta direção que já na década de 1960 apontaram Theodore Schultz e Gary Becker, ao discutirem a noção de capital humano, (BECKER, 1964; SCHULTZ, 1961). Portanto, está se falando da possibilidade de ver a DHI pela ótica dos meios com vistas a outras finalidades. Ou seja, a DHI, no âmbito da ATD, também pode ser vista pelo potencial instrumental que um certo estado de coisas pode ter em termos econômicos e políticos, ou em quaisquer outras áreas de interesse do pesquisador. Conforme dito, uma população com um alto nível de instrução, além de ser um fim em si, pode acarretar, com mais possibilidades de êxito, o avanço da inovação científica, por exemplo. O que, por sua vez, pode elevar o nível geral de bem-estar.

Tais premissas são totalmente compatíveis com a Abordagem das Capacidades, desenvolvida, sobretudo, pelo economista indiano Amartya Sen. Essa abordagem nos proporciona uma definição do que é desenvolvimento e o que contribui para a sua obtenção ou para sua não obtenção. Em linhas gerais, para Sen, “busca-se uma visão adequadamente ampla do desenvolvimento com o intuito de focar o exame avaliatório de coisas que de fato importam e, em particular, de evitar que sejam negligenciados assuntos decisivamente importantes, (SEN, 2000, p. 50). Assim sendo, o subdesenvolvimento é “visto amplamente na forma de privações de liberdade” (SEN, 2000, p. 108), por sua vez, o desenvolvimento é “visto como um processo de eliminação de privações de liberdades e de ampliação das liberdades substantivas de diferentes tipos que as

pessoas têm razão para valorizar' (SEN, 2000, p. 108). Segundo o autor, liberdades substantivas, incluem capacidades elementares como por exemplo ter condições de evitar privações como a fome, a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, bem como as liberdades associadas a saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão etc. (SEN, 2000, p. 52).

Em sentido amplo, pode-se dizer que ocorrem diferentes maneiras de privação de liberdade em diferentes territórios. Também ocorrem diferentes privações de liberdade em um mesmo território, a depender das características dos grupos e subgrupos populacionais que o constituem. Os desdobramentos de tal perspectiva mais concretamente ligados aos objetivos deste artigo são no sentido de que se deve olhar para a população de um território tendo em vista critérios de estratificação.

O embasamento para tal estratificação é a ideia de que existem *desigualdades verticais* e *horizontais*, tal qual discutido por Stewart (2010), Stewart, Graham e Luca (2005) e enfatizado por Costa (2015 e 2016). O termo desigualdades verticais serve “[...] para caracterizar as assimetrias entre indivíduos e as desigualdades horizontais para qualificar as desigualdades que afetam grupos populacionais” (COSTA, 2015, p. 155).

Ou seja, ao se olhar para algum território visando identificar, por exemplo, a desigualdade de renda com base no índice de Gini, ou quando se olha para a distribuição da população segundo grau de instrução, está se olhando para desigualdades verticais, independentemente de cor, etnia, gênero, grupo étnico, etc. Por outro lado, ao se falar em desigualdades horizontais, parte-se do pressuposto de que o pertencimento a determinados grupos pode ser um fator relevante da desigualdade, ou de outros aspectos que impliquem desvantagens para alguns grupos ou privilégios para outros.

Consequentemente, estudar a DHI de um território implica olhar para grupos populacionais segundo estes dois critérios de segmentação, vertical e horizontal. Tal segmentação permite, não somente pensar em desigualdades entre grupos, ou identificar problemas em um território, mas permite também que se pense e identifique potencialidades específicas. Saberes tradicionais, atrelados a grupos étnicos específicos, por exemplo, podem constituir-se em patrimônios territoriais importantes e são aqui capturados pela noção de grupos horizontais. Assim sendo, tal parâmetro permite estabelecer que a DHI é constituída, elementarmente, além dos saberes formais e informais, por segmentações segundo: a) Graus de Instrução, Níveis de Renda e Grupos Etários (verticais); b) Grupos Religiosos; Gênero; Raça/cor; Grupos Étnicos (horizontais).

Tal distinção é fundamental para que se tenha uma noção elementar do território que se esteja estudando. A partir dela se abrem possibilidades diversas de análises mais pormenorizadas para cada grupo ou para cada situação na qual o pesquisador esteja interessado. Ou seja, sobretudo para o caso dos grupos horizontais, é possível que alguns aspectos sejam relevantes em um território e não o sejam em outros. Se, por exemplo, certo território for receptor de imigrantes, este será um grupo horizontal de interesse naquele território, podendo não o ser em outros. Portanto, a identificação dos grupos horizontais relevantes em cada território será tarefa elementar de cada pesquisa. A seguir, o Quadro 1 apresenta, de maneira esquemática, os componentes básicos da dimensão humana e intelectual.

Quadro 1: Dimensão Humana e Intelectual e seus componentes básicos

DIMENSÃO HUMANA E INTELECTUAL	SABERES	Formais	
		Informais	
	GRUPOS HUMANOS	Verticais	Faixas de renda
			Níveis educacionais
			Grupos etários
		Horizontais	Grupos religiosos
			Gêneros
			Raça/Cor
		Grupos étnicos	

Fonte: os autores.

Tendo sido estabelecidos os elementos constitutivos básicos da dimensão e introduzidas suas conexões com o desenvolvimento territorial, mostra-se, para fins empíricos, a necessidade de se pensar em desdobramentos descritivos, tomando por base os aspectos e elementos constitutivos ora arrolados. Este certamente é um passo fundamental em qualquer empreitada neste sentido que, por si só, tem o potencial de produzir informações e resultados relevantes. Todavia, entende-se necessário apresentar um referencial teórico/metodológico que permita ir além de um olhar descritivo. Busca-se, na sequência, apresentar tal referencial, como base na Abordagem das Capacidades.

A dimensão humana e intelectual sob a ótica da abordagem das capacidades⁹

O grupo de pesquisadores responsável pela presente proposição se mostrou favorável à adoção da Abordagem das Capacidades, sobretudo, em sua versão elaborada pelo ganhador do Prêmio Nobel de economia em 1998, Amartya Sen. Isto porque tal abordagem foca, primordialmente, nas pessoas, com a preocupação de eliminar fontes e processos de privação de liberdade. Em uma de suas obras mais recentes, Sen afirma que tal abordagem: “[...] confere um papel central à real capacidade de uma pessoa fazer as diferentes coisas que ela valoriza. [...] foca em vidas humanas, e não apenas nos recursos que as pessoas têm [...]” (SEN, 2010, p. 253). É este foco em vidas humanas e as implicações daí decorrentes que nos importam em primeira linha.

Alkire e Deneulin (2009, p.27), membros da *Human Development and Capability Association*, fundada em 2004 por Amartya Sen, afirmam que “the purpose of development is to enhance people’s capabilities, in the present and in the future, in all areas of their life – economic, social, political and cultural. It is here that human development rests fully on Amartya Sen’s core idea of capabilities and agency”. Segundo Sen (1989), avaliar o desenvolvimento de uma sociedade de forma mais ampla implica recolocar a discussão no plano dos princípios e, assim, atentar à distinção entre fins e meios. A produção, o crescimento e a prosperidade econômica estariam sendo vistos como a essência da atividade humana, como um fim em si, para cuja obtenção as pessoas teriam se tornado meros meios. Porém, o progresso econômico deveria ser apenas um meio na busca do fim maior que, segundo o autor, é a qualidade de vida das pessoas. Neste sentido, os recursos, as rendas e o crescimento econômico não são excluídos da análise, nem considerados irrelevantes. Apenas deixam de ser vistos como fins, para serem vistos como meios. O que não se trataria de um simples individualismo metodológico, e sim de uma questão de princípios, segundo os quais não se confunda, nem inverta, a relação entre fins e meios.

Dito de outra forma, trata-se de uma mudança de enfoque que pleiteia que nos debrucemos menos sobre o aspecto dos meios, e mais sobre o aspecto de como as pessoas conseguem viver de fato. Ou, segundo as palavras do autor: “uma alternativa ao enfoque sobre os meios para o bem viver

⁹ Este item vale-se, em parte, de discussões apresentadas em Mueller (2017, 2018 e 2020).

é a concentração sobre como as pessoas conseguem viver de fato (ou, avançando além disso, sobre a liberdade para realmente viver de um modo que se tem razão para valorizar)", (SEN, 2000, p. 93).

Para que se entenda este enfoque nos fins e sendo estes o bem-estar das pessoas em si, é fundamental que se entenda e distinga as noções de funcionamentos e capacidades. *Funcionamentos* são as efetivações, as conquistas de uma pessoa, aquilo que ela consegue fazer ou ser. Já as *capacidades* refletem as distintas possibilidades de um indivíduo alcançar distintos *funcionamentos*. Nas palavras de Sen (1987):

A functioning is an achievement, whereas a capability is the ability to achieve. Functionings are, in a sense, more directly related to living conditions, since they *are* different aspects of living conditions. Capabilities, in contrast, are notions of freedom, in the positive sense: what real opportunities you have regarding the life you may lead (SEN, 1987, p.48).

Neste sentido, o bem-estar de uma pessoa não consiste somente naquilo que ela consegue realizar e atingir, mas também nas oportunidades reais de atingir realizações diferentes daquelas que efetivamente tenha atingido. É o grau de oportunidades reais – aquilo que uma pessoa poderia atingir – que Sen defende como algo que também deva ser levado em consideração na avaliação do bem-estar individual.

Da mesma forma, o desenvolvimento de uma sociedade deveria ser medido não somente por suas realizações, mas também pelas oportunidades reais disponíveis aos seus membros. Neste sentido, a *abordagem das capacidades* é uma proposição segundo a qual os arranjos sociais devam ser avaliados. Ou seja, avaliá-los de acordo com as distintas realizações e distintos graus de liberdade que as pessoas têm para buscar e alcançar aquilo que valorizam. Para Sen o que importa não são as rendas e os recursos em si, mas o que se consegue de fato realizar com eles (SEN, 1992, 2000).

Portanto, para se discutir a DHI, no âmbito do desenvolvimento territorial, é apropriado considerar *como as pessoas conseguem viver de fato* (SEN, 2000) nos diferentes territórios e buscar mostrar elementos que possam estar implicando diferenças em termos de bem-estar e oportunidades reais entre as populações de diferentes territórios ou num mesmo território (MUELLER, 2017, 2018, 2020).

A mencionada mudança de enfoque dos meios para os fins o autor justifica em função de inúmeras diversidades e heterogeneidades (SEN, 1992, 2000, 2010) que podem afetar a conversão de rendas e recursos em bem-estar. Dadas a intrínseca diversidade humana e os distintos fatores contingenciais variáveis no espaço (entre territórios), seria possível alcançar objetivos díspares com rendas e recursos semelhantes, ou, de modo contrário, atingir objetivos semelhantes com rendas e recursos distintos. Neste sentido, o autor afirma que:

Apesar do papel crucial das rendas nas vantagens desfrutadas por diferentes pessoas, a relação entre, de um lado, a renda (e outros recursos) e, de outro, as realizações e liberdades substantivas individuais não é constante nem, em nenhum sentido, automática e irreversível. Diferentes tipos de contingências acarretam variações sistemáticas na ‘conversão’ das rendas nos ‘funcionamentos’ distintos que podemos realizar, e isso afeta os estilos de vida que podemos ter” (SEN, 2000, p. 133).

Especificamente quanto às *heterogeneidades pessoais*¹⁰, o autor afirma que “we are deeply diverse in internal characteristics (such as age, gender, general abilities, particular talents, proneness to illnesses, and so on) as well as in external circumstances (such as ownership of assets, social backgrounds, environmental predicaments, and so on)” (SEN, 1992, xi). Em função de tais heterogeneidades as necessidades de recursos também seriam distintas. Por exemplo, o que uma pessoa idosa, ou fisicamente incapacitada, poderia atingir com dado cesto de recursos não seria o mesmo que uma pessoa jovem e saudável poderia atingir com os mesmos recursos. A pessoa debilitada provavelmente necessitaria de mais recursos para obter o mesmo bem-estar ou nem mesmo assim o poderia obter. Aqui se apresenta de maneira bastante evidente um elemento central na discussão sobre a DHI de um território. Ou seja, a heterogeneidade e a diversidade da qual a população de um território é constituída precisa ser investigada com olhar atento. O que é plenamente compatível com a noção de desigualdades verticais e horizontais, já apresentada ao leitor.

Liberdades Instrumentais

¹⁰ Sen (2000 e 2010) apresenta várias categorias de diversidades e heterogeneidades. Todavia, entende-se que várias delas são compatíveis com outras dimensões da ATD. Por isso, aqui o foco recai sobre a categoria *heterogeneidades pessoais*.

Na abordagem de Sen, a liberdade possui um duplo aspecto e uma dupla função. Ela está associada tanto ao conjunto capacitório, que permite a realização de distintos funcionamentos (aspecto do bem-estar), quanto à condição de agente das pessoas e coletividades (aspecto da agência). Assim sendo, “both the ‘well-being aspect’ and the ‘agency aspect’ of persons have their own relevance in the assessment of states and actions. Each aspect also yields a corresponding notion of freedom” (SEN, 1985, p.169). Ou seja, as liberdades são expressas, de um lado, pela noção de capacidades e, de outro, pelo conceito de *agência*. É neste sentido que Sen se reporta à liberdade enquanto conceito de desenvolvimento, que, conforme destacado, significa um processo de eliminação de privações de liberdade e de ampliação das liberdades substantivas. Tanto as liberdades de agência, quanto aquelas associadas ao conjunto capacitório, são centrais a esta noção de desenvolvimento, e isto por duas razões, ou funções. Pela função avaliatória e pela função da eficácia.

A função avaliatória se mostra no sentido de ser uma medida de desenvolvimento. O êxito de uma sociedade deveria ser avaliado, tanto pelos funcionamentos, quanto pelas liberdades (de capacidades e de agência) que os membros dessa sociedade desfrutam. Todavia, o autor sugere enfoque especial nas *capacidades* enquanto norteadores de avaliações do desenvolvimento. É o que índices multidimensionais de desenvolvimento, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), procuram medir.

Já a função da eficácia é justificada pelo autor no sentido de ser instrumental para que ocorra o desenvolvimento. Significa dizer que “ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo” (SEN, 2000, p. 33). Quanto maiores as liberdades individuais, maiores também seriam as possibilidades de haver desenvolvimento social e vice-versa. Neste sentido, a expansão das liberdades deveria ser ao mesmo tempo fim e meio para o desenvolvimento, tanto individual, quanto social. Para Sen (2000, p. 52) “a expansão da liberdade é considerada (1) o fim primordial e (2) o principal meio do desenvolvimento”. Tendo em mente esta função instrumental (meio) da liberdade, Sen (2000, p. 55) aponta cinco categorias de *liberdades instrumentais*, como se vê a seguir.

Liberdades políticas: referem-se ao que se pode chamar de direitos civis. Estas liberdades basicamente seriam instrumentais ao desenvolvimento em função da maior sensibilidade dos regimes democráticos frente aos autoritários em atender as demandas dos cidadãos (SEN, 2000).

Facilidades econômicas: Nesta categoria estão incluídas as oportunidades para a utilização de recursos econômicos com fins de consumo, produção e troca. Tais liberdades dependerão, segundo o autor, tanto da disponibilidade de recursos, quanto do acesso que as pessoas tenham a eles. Neste sentido, o crescimento econômico de uma sociedade estaria intrinsecamente ligado ao aumento das facilidades econômicas das pessoas que a compõem. Entretanto, isto também implicaria considerações quanto à distribuição dos recursos e dos frutos do crescimento econômico. Ou seja, as facilidades econômicas, incorporam aspectos materiais que refletem, tanto o lado da oferta, quanto o da demanda.

Oportunidades sociais: Segundo Sen (2000), são as ofertas de serviços em áreas, entre outras, como saúde e educação. Tais facilidades seriam importantes não apenas à condução da vida e ao bem-estar privados, como também para a participação qualitativamente superior nas atividades de mercado e nas atividades políticas. Como exemplo, o autor menciona o analfabetismo que, de um lado, seria um empecilho ao exercício de inúmeras atividades profissionais e, de outro, dificultaria sua atuação enquanto cidadão no âmbito político.

Garantias de transparência: “referem-se às necessidades de sinceridade que as pessoas podem esperar: a liberdade de lidar uns com os outros sob garantias de dessegredo e clareza” (SEN, 2000, p. 56). Estas garantias teriam um papel instrumental enquanto inibidoras da corrupção, da irresponsabilidade financeira por parte de governantes e de transações ilícitas. No Brasil, algo semelhante a tal conceito pode ser a Lei de Acesso à Informação, lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, em vigor desde 16 de maio de 2012.

Segurança protetora: refere-se a disposições institucionais fixas que garantam a existência de uma rede de proteção social àqueles que se encontrem no limiar da vulnerabilidade, impedindo, assim, que sejam reduzidos à miséria abjeta ou até mesmo à morte. Tais disposições institucionais incluiriam, entre outras, distribuição de alimentos em períodos de fome e garantia de renda aos desempregados (SEN, 2000).

Entende-se esta ideia de *liberdades instrumentais* como um elemento conceitual com grande potencial heurístico aplicável ao estudo da dimensão humana e intelectual no âmbito da ATD. Em

linhas gerais, deve-se prestar atenção, aos aspectos em si, aos mecanismos causais, à possibilidade de ausência ou presença de alguma destas formas de liberdades instrumentais nos diferentes territórios, à ideia de que elas têm impactos sobre o bem-estar e também ao fato de que diferentes grupos humanos podem estar vivenciando situações distintas uns dos outros no mesmo território, tendo em vista as diferentes liberdades arroladas.

Agência: Poder e Controle

A efetivação da ideia de que a liberdade possui um papel instrumental sobre o desenvolvimento, ganha mais consistência com recurso a um conceito-chave na Abordagem das Capacidades: o conceito de *agência*. Para Sen, tal conceito é constitutivo de sua definição de desenvolvimento, uma vez que “o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer sua condição de agente” (SEN, 2000, p. 10).

Segundo Sen (2000), *agência* representa as possibilidades de ser protagonista, de tomar decisões relativas à própria vida e de ser capaz de influenciar o mundo. Um Agente é “alguém que age e ocasiona mudança, e cujas realizações devem ser julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos [...]” (SEN, 2000, p. 33). Os indivíduos são, neste sentido, “vistos como agentes ativos de mudança, e não como recebedores passivos de benefícios” (SEN, 2000, p. 11). Portanto, é somente em função do exercício da condição de agente que a liberdade pode ser entendida como tendo uma função instrumental.

O exercício dessa *agência* poderia se dar “como membro do público e como participante de ações econômicas, sociais e políticas (interagindo no mercado e até mesmo envolvendo-se, direta ou indiretamente, em atividades individuais ou conjuntas na esfera política ou em outras esferas)” (SEN, 2000, p. 33). Crocker e Robeyns (2010) sintetizam tal proposição da seguinte forma: not only should individuals exercise their agency by shaping or determining their own lives but it is by exercising joint agency that communities can and should select, weigh, and trade-off capabilities, functionings, and other normative considerations (CROCKER E ROBEYNS, 2010, p.76).

Inerente a tal entendimento de *agência*, Sen (1985, p. 208-212) ressalta as noções de Poder Efetivo (*effective power*) e Controle (*control*). Poder efetivo¹¹, no contexto da Abordagem das Capacidades, consiste basicamente no poder que uma pessoa ou grupo possui para atingir os objetivos e prioridades escolhidos, independentemente de os interessados controlarem ou não os respectivos processos. Controle, por sua vez, refere-se à habilidade (e poder) de fazer escolhas e controlar os processos associados a tal escolha.

Assim, a avaliação de realizações implica levar em consideração os processos a elas inerentes, o que, por sua vez, requer atenção aos aspectos de Poder e Controle disponíveis aos atores envolvidos nesses processos. Sen (1985, p. 212) expõe tais associações dizendo que: “The evaluation of the power to achieve different states of affairs may be control-sensitive, and the power view of freedom can, inter alia, accommodate whatever is important in the control view”.

A partir destas concepções de Poder e Controle Sen destaca que “a condição de agente de cada um é inescapavelmente restrita e limitada pelas oportunidades sociais, políticas e econômicas de que dispomos” (SEN, 2000, p. 10). Nesse sentido, Crocker e Robeyns (2010), elaboram relevante refinamento da noção de *agência*. Tais autores entendem que este conceito também permite perceber que um indivíduo ou um grupo diferente daqueles cujos objetivos estão em jogo, possa exercer influência ou controlar os processos inerentes à obtenção desses objetivos. Ou seja, o mesmo conceito serve para mostrar que os indivíduos e grupos podem (e devem) controlar seus destinos, participar das questões de interesse público, ser agentes, mas também mostra que nem tudo está sob controle dos próprios interessados. Mostra que *agência* é inescapavelmente restrita e limitada por uma série de aspectos.

Por isso tem-se que “many good (and bad) things happen to people because of what other agents do for (or to) them” (CROCKER, 2010, p. 7). E isto, por sua vez, implica que “agency is a matter of degree rather than “an ‘on/off’ capacity or condition” (CROCKER, 2010, p. 11). Ou seja, nenhuma pessoa ou coletividade é totalmente desprovida de *agência* (Poder e Controle), porém, de modo oposto, nenhuma é provida de *agência* ilimitada. Desta forma subentende-se que a capacidade de influenciar o mundo através de *agência* individual, ou coletiva, também seja uma questão de

¹¹ Doravante utilizaremos apenas a ideia de poder, significando poder efetivo.

gradação, dependente dos graus de Poder e Controle dos atores envolvidos em cada situação a ser avaliada.

No caso do desenvolvimento de um território, isto diz respeito à capacidade variável de coletividades, ou indivíduos, exercerem algum tipo de controle sobre tal desenvolvimento através de sua *agência*. E isto pode, certamente, variar de um território para outro e pode variar entre grupos sociais que constituem os territórios. Consequentemente, também se percebe que a *agência de outros*, no caso, de atores e processos externos ao território, pode exercer impactos no âmbito interno, sem que os atores locais possam efetivamente ter efetivo poder e controle sobre determinados aspectos. Identificar situações assim, certamente representam contribuições valiosas para a eliminação de privações de liberdade e, em outras palavras, potencializar o papel dos ativos territoriais, particularmente aqueles inerentes à DHI.

Em síntese, da mesma forma que a noção de liberdades instrumentais, também a noção de *agência* possui elevado potencial heurístico para fins analíticos no âmbito dos estudos sobre desenvolvimento territorial. Na sequência apresenta-se as fases e etapas de operacionalização desta proposição teórico-metodológica, tendo em mente as distinções entre saberes formais e informais, grupos verticais e horizontais e os elementos conceituais extraídos da Abordagem das Capacidades.

Operacionalização da proposta

Partindo-se do pressuposto de que há diversidades e heterogeneidades nos diferentes territórios e que elas se fazem notar nos aspectos humanos e intelectuais, se aponta, a seguir, as fases e etapas de operacionalização da proposta a partir dos componentes básicos apresentados ao leitor. Inspirado nas fases da HP de Thompson (2011), aqui também se apresenta quatro fases, assim divididas: 1) Fase exploratória. 2) Fase Descritiva. 3) Fase analítico-comparativa e 4) Fase analítico-sistematizadora.

Fase exploratória

Etapa 1: Apontar as fontes, as formas de obtenção e eventuais peculiaridades dos dados a serem usados nesta fase e nas demais. No contexto brasileiro, sugere-se a obra de Januzzi (2017) como ponto de partida.

Etapa 2: Contextualização do território a ser estudado, situando-o no âmbito de sua história e geografia. Trata-se de apresentar o território a partir das demais dimensões que lhe dão existência, com base na ATD. Aqui se recomenda consultar, como ponto de partida, os demais textos produzidos pelo grupo de pesquisadores que vem tratando desta abordagem, particularmente Dallabrida, Rotta, Büttenbender (2021) e Dallabrida et. al (2021).

Etapa 3: Identificação dos grupos horizontais específicos do território, para além dos aqui considerados elementares. Em alguns territórios pode ser necessário estudar, por exemplo, indígenas, quilombolas, imigrantes ou até mesmo turistas, ao passo que em outros a realidade pode se mostrar totalmente distinta.

Fase Descritiva

Etapa 1: Descrever o território em termos de seus saberes formais, o que implica instituições de ensino e pesquisa, expedição de títulos e certificados acadêmicos, produção científica e registro de patentes. Esta etapa é importante por si só, cujos resultados podem indicar aspectos fundamentais dos territórios. Entretanto, no contexto desta proposição, esta etapa é entendida também como uma etapa prévia que, na sequência, embasará as análises e a sistematização da realidade da população, com base nos agregados vertical e horizontal.

Etapa 2: Descrever as características do território com base na distinção entre grupos verticais e horizontais.

a) *Grupos Verticais:*

- ✓ Distribuição do total e dos percentuais da população segundo níveis de renda, de instrução e segundo faixas etárias (sem olhar para grupos horizontais).
- ✓ Descrição segundo indicadores já consolidados, de acordo com os respectivos tópicos, como por exemplo, Índice de Envelhecimento, Taxas de Natalidade e Mortalidade, Índice de evasão escolar, desempenho em testes nacionais e outros dados confiáveis que estiverem disponíveis (ver Januzzi, 2017).

b) Grupos Horizontais:

- ✓ Distribuição do total e dos percentuais de cada grupo horizontal segundo níveis de instrução e renda.
- ✓ Os mesmos indicadores consolidados mencionados acima podem ser aplicados para a descrição das realidades dos respectivos grupos horizontais. Por exemplo, taxas de evasão escolar segundo grupos étnicos, índice de envelhecimento segundo gênero, etc.
- ✓ Apresentação das características dos grupos horizontais, cujos saberes informais tenham potencial de atuar como patrimônio territorial. A identificação adequada dessas características poderá demandar estudos bibliográficos ou pesquisas primárias qualitativas, como por exemplo, etnografia.

Fase Analítico-comparativa

Até então possivelmente tenha ficado bastante claro que os territórios são diversos e plurais com relação a uma série de aspectos e trazer isso à tona é fundamental. Todavia, é igualmente fundamental indagar-se sobre o quão relevantes são determinados aspectos em meio à diversidade e à heterogeneidade. Na literatura econômica, para se evidenciar especializações produtivas, ou padrões regionais de crescimento econômico regionais, utiliza-se, com certa frequência, o Quociente Locacional (QL), (HADDAD, 1989; MONASTERIO, 2011; DELGADO E GODINHO, 2011).

O Quociente Locacional busca expressar a importância comparativa de um segmento produtivo para uma região *vis-à-vis* à macrorregião na qual aquela está inserida. Mais especificamente, ele busca traduzir “quantas vezes mais” (ou menos) uma região se dedica a uma determinada atividade *vis-à-vis* ao conjunto das regiões que perfazem a macrorregião de referência. Usualmente (mas não obrigatoriamente!), utiliza-se a participação percentual do emprego num determinado setor como medida de importância ou de dedicação a uma certa atividade (PAIVA, 2006, p. 92).

Neste artigo optou-se por propor a utilização de um pseudo-QL como forma de evidenciar o quão relevante é determinado atributo no território que estiver sendo estudado, face a um território referência. Para se estabelecer quais são os atributos de interesse, recomenda-se o recurso às noções de conhecimento formal e informal e, sobretudo, à distinção entre grupos verticais e horizontais.

O território referência deve ser sempre um recorte geográfico maior, do qual o território em estudo seja parte. Ou seja, se estudarmos um município, o território referência tende a ser o estado, ou um conjunto de municípios que constituam uma região. Se estudarmos um estado, o território referência será o país, e assim por diante. O pseudo QL se obtém a partir da seguinte fórmula:

$$\text{Pseudo QL} = \frac{\frac{\text{Número de pessoas do atributo "x" no território em estudo}}{\text{Número total de pessoas no território em estudo}}}{\frac{\text{Número de pessoas do atributo "x" no território referência}}{\text{Número total de pessoas no território referência}}}$$

Para fins de interpretação, adota-se: para QL's ≤ 1 , como sinônimo de não “especialização” relativa e QL's > 1 como sinônimo de “especialização” relativa, sendo que quanto maior o QL, maior será a importância de uma certa característica em detrimento do território referência.

Com tal procedimento se mostra características importantes do próprio território, porém já se trata de um procedimento analítico, tendo em vista o estabelecimento de comparativos e o destaque a especificidades territoriais em meio à diversidade. Os comparativos são com relação ao território referência, todavia, em havendo dados, nada impede que se calcule pseudo QLs para um mesmo território em diferentes momentos no tempo. Com isso se pode estabelecer análises longitudinais e avaliar a evolução temporal de algum aspecto de interesse.

Fase Analítico-sistematizadora

Consiste em analisar e discutir os resultados das etapas anteriores à luz da Abordagem das Capacidades. Evidentemente que nesta fase também deverão ser retomadas as demais bibliografias que compuserem o respectivo referencial teórico. Aqui a inspiração na etapa da interpretação/reinterpretação proposta por Thompson é bastante evidente. Neste sentido, vale

mencionar que para o autor “a interpretação implica um movimento novo de pensamento, ela procede por *síntese*, por construção criativa de possíveis significados” (THOMPSON, 2011, p. 375). Além de criatividade, entende-se que a perspicácia é igualmente fundamental nesta fase, no sentido de dar o devido relevo e evitar, conforme ressalta Sen (2000), que não sejam negligenciados aspectos que realmente importam no território em questão.

Relembra-se que no âmbito do constructo de Sen, a liberdade é entendida simultaneamente como fim e meio do desenvolvimento. Vista como fim, ela desempenha a função avaliatória. Vista como meio, sua função é instrumental. Neste sentido, também se deve ter em mente estas duas funções nesta fase analítico-sistematizadora.

Assim sendo, se buscará, de um lado, fazer uso do potencial heurístico desta ideia de função avaliatória para sistematizar o que se tem de resultados nas etapas anteriores, no sentido de apresentar um balanço da realidade encontrada no território quanto aos conhecimentos *formais e informais* e quanto às realidades dos diferentes grupos humanos nele presentes, *verticais e horizontais*.

De outro lado, se entende que a função instrumental discutida por Sen assume caráter mais relevante na presente proposição. Isto porque é dela que se pode extrair tópicos e mecanismos que atuem como meio para aprimorar o desenvolvimento territorial. Entra em cena aqui a noção de *liberdades instrumentais*, com suas cinco categorias constitutivas, (liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora) e a noção de *agência*, que é importante por si só, mas é central para que a função instrumental da liberdade se concretize. Por isso, mobilizar o potencial heurístico das liberdades instrumentais e da agência, conhecer tais aspectos, colocá-los em conexão com os respectivos grupos humanos existentes nos territórios é o que muni os pesquisadores de ferramentas capazes de produzir ciência com relevância social e acadêmica.

Se o objetivo maior é esmiuçar os aspectos atinentes a alguma dimensão do desenvolvimento territorial, com vistas a entender problemas e potencialidades no sentido de desenvolver tal território, se faz necessário mostrar como algum aspecto possa estar impactando negativa ou positivamente o objetivo maior que é o desenvolvimento. Por exemplo, um olhar sobre o sistema de ensino de um território, inevitavelmente, refere-se a alguma das formas de liberdades instrumentais aqui apresentadas, especialmente às *oportunidades sociais* e ao conceito de *agência*. Se o território em estudo for habitado por algum grupo étnico específico, tem-se possibilidades de tratar de aspectos ligados às *facilidades econômicas*, às *oportunidades sociais*, às *liberdades políticas*, ou até mesmo de todas as cinco categorias em questão. Obviamente que em alguns casos é possível que seja necessário tratar de apenas algumas das formas de liberdades instrumentais, em outros, é possível que todas elas se mostrem relevantes.

Conforme dito, nesta fase final se demanda criatividade e perspicácia do pesquisador, por isso aqui se apresenta alguns tópicos sugestivos, que poderão se fazer presentes nos estudos que se valerem da presente proposição teórico-metodológica.

Liberdades Instrumentais:

- Quais são as realidades identificadas no território que implicam tolhimento de liberdades instrumentais para a população como um todo (olhar vertical) e para grupos específicos presentes no território (olhar horizontal)? Quais são estes grupos? Quais são as liberdades instrumentais diretamente implicadas?
- Quais são as situações identificadas no território que implicam potencialização de liberdades instrumentais? Quais as liberdades instrumentais implicadas? De que maneira isto acontece? Quais são os grupos implicados?

Agência:

Lembra-se que a ideia de agência é importante por si só no âmbito da abordagem de Sen, mas possui também um papel instrumental para que o desenvolvimento ocorra, o que implica agência individual e agência coletiva. Todavia, este papel instrumental pode ser restrito e limitado por uma série de aspectos e circunstâncias. É o que remete o olhar do pesquisador aos aspectos de poder e controle que, por sua vez, são centrais da própria definição do que seja um território (SOUZA, 1995). Portanto, o conceito de agência permite diversas possibilidades de mobilização analítica quanto ao entendimento e interpretação da realidade da DHI dos territórios. Obviamente que caberá ao pesquisador identificar e destacar o que de fato seja relevante em cada caso. A título sugestivo, se pode discutir:

- Quais elementos e situações estão produzindo restrições e quais estão produzindo potencialização da *agência* da população como um todo (olhar vertical) e de grupos específicos presentes no território (análise horizontal)? Quais são estes grupos? Qual é a realidade no território quanto ao poder e controle dos processos que impactam o desenvolvimento?
- Há agentes externos (*agency of others*) relevantes impactando no desenvolvimento do território?
- Há agência coletiva (*joint agency*) no território estudado?
- Quais são os desdobramentos de cada situação identificada quanto ao desenvolvimento territorial?

Cada um dos tópicos sugeridos nesta fase tem o potencial de mostrar qual é a realidade e, sobretudo, onde estão as fraquezas e as forças do território no que tange à DHI. Por meio de sua análise, embasada nos dados das fases anteriores, se poderá identificar onde se fazem necessárias políticas públicas, quais medidas de correção e quais de potencialização se mostram pertinentes, bem como apontar onde estudos mais aprofundados são bem-vindos.

Conclusão: o método da triangulação progressiva

Aqui buscou-se mobilizar conceitos, métodos e técnicas científicas com a finalidade de propor uma abordagem teórico-metodológica para o estudo da Dimensão Humana e Intelectual de territórios. Isto tendo em mente que uma série de outros elementos, além dos aqui identificados como básicos da dimensão, poderiam ter sido discutidos. Porém, tendo em vista que esta proposição é parte de uma construção mais ambiciosa, envolvendo seis dimensões e diversos pesquisadores, optou-se por delimitar o olhar àquilo que nos pareceu de fato indiscutivelmente inerente à dimensão. Neste sentido, o elemento humano nos remete a olhar para a população dos territórios, e o elemento intelectual, nos remete a olhar para os sistemas de ensino, pesquisa e inovação. Assim sendo, se adotou a distinção entre saberes formais e saberes informais, e a distinção entre grupos humanos verticais e horizontais, enquanto elementos constitutivos básicos da dimensão.

Da noção de território, se sobressai a ideia de que se trata de uma construção social coletiva, marcada por relações de poder. O que implica que diferentes grupos sociais são possuidores de diferentes formas e possibilidades de poder, que lhes proporciona maior ou melhor acesso aos conhecimentos e ao desenvolvimento em sentido lato.

Assim sendo, o conceito de desenvolvimento aqui adotado obteve-se de Amartya Sen (desenvolvimento enquanto processo de eliminação de privações de liberdade). Do mesmo autor, se mobilizou a ideia de que a liberdade possui uma função avaliatória e uma função instrumental. Ambas são importantes por si só e o são, da mesma forma, na presente proposição. A função instrumental, todavia, apresenta também o potencial de fornecer elementos mais detalhados e mecanismos que indicam possibilidades de mudança social, no sentido de busca do desenvolvimento, seja em sentido macro, seja em sentido específico para algum tópico, ou para algum grupo horizontal em certo território. Da mesma forma, se propõe a mobilização do potencial heurístico do conceito de agência, daquela abordagem. Com ela, vários aspectos, de extrema relevância podem ser trazidos à tona, dos quais, mencionamos alguns no decorrer do texto.

Em termos práticos, optamos por seguir a estratégia de dividir o método em fases, conforme feito por Thompson (2011). Assim se propõe uma sequência progressiva de passos que parte da fase exploratória, passa pela fase descritiva e pela analítico-comparativa para finalizar com a fase analítico-sistematizadora. A ideia é que cada fase tenha, de um lado, vida própria, evidenciando aspectos relevantes por si só. De outro lado se imagina, obviamente, que as fases devam ser vistas de maneira complementar umas às outras. Cada fase, por sua vez, demanda métodos e técnicas específicas para se concretizar. Assim sendo, a proposta é convergente com o que, em linhas gerais, se costuma designar de triangulação de métodos. (COX; HASSARD, 2005; DUFFY, 1987; FLICK, 2005; MINAYIO; ASSIS; SOUZA, 2005). Neste sentido, partindo-se das características de passos progressivos e do uso de diferentes métodos e técnicas, se estabelece que a presente proposição passe a ser designada como **Triangulação Progressiva**.

O presente texto foi construído tendo em primeiro plano a elaboração de uma proposição teórico-metodológica que embasa estudos sobre a dimensão humana e intelectual de territórios, vista como patrimônio territorial, no âmbito da Abordagem Territorial do Desenvolvimento. Todavia, entende-se que tanto a Abordagem das Capacidades, quanto o método da Triangulação Progressiva aqui desenvolvido possuem potenciais de serem aplicados a outras dimensões da ATD, bem como a

diversas outras formas de estudos nas ciências sociais e humanas. A implementação disso, todavia, isso aponta para a necessidade de novas discussões e novas produções acadêmicas. Por ora, se buscou construir uma rede com malhas de vários tamanhos, que capte aspectos estruturais e também aspectos que sejam importantes somente em um território específico. Com isso se imagina evitar que sejam negligenciados aspectos que de fato importam.

Referências

ALKIRE, S.; DENEULIN, S. The Human Development and Capability Approach. In: DENEULIN, S.; SHAHANI, L. (eds.). **An Introduction to the Human Development and Capability Approach**. Human Development and Capability Association. 2009.

AMIN, A; COHENDET, P. **Architectures of Knowledge: firms, capabilities and communities**. New York: Editora Oxford, 2004.

BECKER, G. **Human Capital**. Chicago: University of Chicago Press, 1964.

BOURDIEU, P. Ökonomisches Kapital, kulturelles Kapital, sozial Kapital. In: KRECKEL Reinhard (org.): In: **Soziale Ungleichheiten**. (Soziale Welt Sonderband 2). Göttingen, pp. 183-198, 1983.

BOURDIEU, P. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIA, M. A.; CATANI, A. (Orgs.). **Escritos de Educação**. São Paulo: Vozes, pp. 72-79, 2011.

BOURDIEU, P; PASSERON, J. C. **A Reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Tradução: Reynaldo Bairão e Franciso Alves. Rio de Janeiro, 1982.

BRASIL. **Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016**. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação. Presidência da República. Casa Civil. 2016.

BRUNORI, G. et al. **Towards a conceptual framework for agricultural and rural innovation policies**. Pisa. Projeto Insight. 27 p. Manuscrito, 2009.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CIPOLA, F. P. A inovação na teoria de Marx. In: PELAEZ, V.; SZMRECSÁNYI, T. (Org.). **Economia da inovação tecnológica**. São Paulo: Hucitec, p. 41-66. 497p. (Obras Didáticas Economia & Planejamento, 40), 2006.

COSTA, S. Da desigualdade à diferença: direito, política e a invenção da diversidade cultural na América Latina. **Contemporânea**, v. 5, n. 1 p. 145-165. Jan.-Jun., 2015.

COSTA, S. Freezing differences: politics, law, and the invention of cultural diversity in Latin America. In: **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, v. 3, n. 2, mai./ago. 2016.

COX, J. W.; HASSARD, E. J. Triangulation in Organizational Research: a Representation. **Organization**, 12(1), 109-133, 2005.

CROCKER, D. A. **Sen's Concepts of Agency**. 2010. Disponível em: <www.capabilityapproach.com/pubs/CrockerAgency7-31-08.doc>. Acesso em: 23 fev. 2012.

CROCKER, D. A.; ROBEYNS, I. Capability and Agency. In: MORRIS, Christopher (ed). **Amartya Sen**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

DALLABRIDA, V. R. Patrimônio Territorial: abordagens teóricas e indicativos metodológicos para estudos territoriais. **Desenvolvimento em Questão**, v. 18, n. 52, p. 12-32, jul. 2020.

- DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BUTTENBENDER, P. L. Pressupostos epistêmico-teóricos convergentes com a abordagem territorial. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v. 17, n. 2, p. 256-273, mai-ago/2021.
- DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P. L.; DENARDIN, V. F.; ARENHART, L. O. Abordagem Territorial do Desenvolvimento: Categorias Conceituais e Pressupostos Metodológicos. **Guaju. Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável**. v.7, p. 8, 2021.
- DELGADO, A. P.; GODINHO, I M. Medidas de localização e de especialização regional. In: COSTA, José Silva; DENTINHO, Tomaz Ponce; PETER, Nijkamp. **Compêndio de economia regional**. Volume II. Métodos e técnicas de análise regional. Parede-Portugal: Principia, 2011.
- DUFFY, M. E. Methodological triangulation: a vehicle for merging quantitative and qualitative research methods. **Journal of Nursing Scholarship**, 19(3), 130-133, 1987.
- FLICK, U. Triangulation in Qualitative Research. In: Flick, U., Kardorff, E., & Steinke, A. **Companion to Qualitative Research**. London: Sage, 178-183, 2005.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GEELS, F. W. Understanding system innovations: a critical literature review and a conceptual synthesis. In: ELZEN, B.; GEELS, F. W.; GREEN, K. **System Innovation and the transition to sustainability**. Cheltenham: Edward Elgar, p. 19-47, 2004.
- HADDAD, P. R. (Org.). **Economia Regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: BNB, 1989.
- JANUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. Campinas. Alínea Editora, 6ª ed. 2017.
- LINCK, T. La economía y la política de la apropiación de los territorios. In: RIELLA, Alberto (Org.). **Globalización, Desarrollo y Territorios Menos Favorecidos**. Montevideo: Rosgal S.A., 2006.
- MAIA, C. M. Um ensaio sobre a noção do conceito de território nas pesquisas sobre desenvolvimento rural e regional. In: GEHLEN, I.; RIELLA, A. (Orgs). **Território e Sociedade: perspectivas teórico-metodológicas e evidências empíricas**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014.
- MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (orgs). **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.
- MONASTERIO, Leonardo. Indicadores de análise regional e espacial. In: CRUZ, Bruno de Oliveira; FURTADO, Bernardo Alves; MONASTERIO, Leonardo; JÚNIOR, Waldery Rodrigues. **Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil**. IPEA: Brasília, 2011.
- MUELLER, A. A. Desenvolvimento territorial desigual e suas relações com a Agência das Mulheres e a herança de Capital Cultural: lições do Sul do Brasil. **Revista Eletrônica Espaço Acadêmico** (Online), v. 17, p. 51-62, 2018.
- MUELLER, A. A. O fenômeno do esvaziamento populacional em municípios do Rio Grande do Sul - Brasil sob a lente da Abordagem das Capacidades. **REDES** (Santa Cruz do Sul. Online), v. 22, p. 494, 2017.
- MUELLER, A. A. Para Além de Putnam: Cultura, Capital Social e Liberdades no Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** (ONLINE), v. 35, p. 1-20, 2020.
- PAIVA, C. A. Desenvolvimento regional, especialização e suas medidas. **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 34, n. 1, p. 89-102, jul. 2006

- REHNER, J. Territorios corporativos: Una reflexión desde la geografía económica para evitar la axiomatización de los discursos. **Revista de Geografía Espacios**, v. 2, n. 4, p. 27-47, 2012.
- SANTOS, B. S. **A crítica da razão indolente contra o desperdício da experiência**. São Paulo. Cortez, 2007.
- SANTOS, B. S. **A Universidade no Séc. XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade**. São Paulo: Cortez Editora, 2004.
- SANTOS, B. S. **O fim do império cognitivo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- SCHULTZ, T. W. Investment in Human Capital. In: **The American Economic Review**, v. 51, nº 1, March: 1-17, 1961.
- SCHUMPETER, A. J. **Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- SEN, A. **The Idea of Justice**. London, Penguin Books, 2010.
- SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- SEN, A. **Inequality Re-examined**. Oxford, Clarendon Press, 1992.
- SEN, A. The Standard of living. In: The Tanner Lecture on Human Values. Delivered at Stanford University. In: SEN, A. et.al. **The Standard of Living: The Tanner Lectures on Human Values**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- SEN, A. Well-Being, Agency and Freedom: The Dewey Lectures. In: **The Journal of Philosophy**, Vol. 82, Nº. 4 (Apr. 1985), p. 169-221, 1985.
- SEN, A., KLIKSBURG, B. **As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2010.
- SILVEIRA, M. L. Região e globalização: pensando um esquema de análise. **Redes. Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 15, n. 1, p. 74-88, 2010.
- SOUZA, M. J. L.. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. et al (Org). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- STEWART, F. Por qué persisten las desigualdades de grupo? Las trampas de la desigualdad horizontal. In: JIMÉNEZ, Félix (Ed.). **Teoría económica y desigualdad social**. Exclusión, desigualdad y democracia. Homenaje a Adolfo Figueroa. Lima, Fondo Editorial de la PUC-Peru, p. 269-298, 2010.
- STEWART, F.; GRAHAM; B.; LUCA M. Why Horizontal Inequalities Matter: Some Implications for Measurement. **CRISE Working Paper 19**, University of Oxford, 2005. Disponível em: <<http://www.crise.ox.ac.uk/pubs/workingpaper19.pdf>>. Acesso em 26 out. 2021.
- THOMPSON, J. B. **Ideologia e Cultura Moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 9. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- VIEIRA, P. F.; CAZELLA, A. A. **Desenvolvimento territorial sustentável em zonas rurais: subsídios para a elaboração de um modelo de análise**. 2008. Disponível em: <http://idrinform.idrc.ca/archive/corpdocs/123073/123073_7-22_ArtigoRimispFinal.pdf>. Acesso em: 26 out. 2021.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.